



ESTADOS UNIDOS, CHINA E RÚSSIA: DO TRIÂNGULO AMOROSO AO CASAMENTO ESTÁVEL

Letícia Di Maio Tancredi

Mestranda em História,
Política e Bens Culturais
na Fundação Getúlio
Vargas (FGV) e
bacharela em Relações
Internacionais -
Universidade Federal do
Rio Grande do Sul
(UFRGS).

Resumo: No âmbito da competição entre EUA e URSS inerente à Guerra Fria, Henry Kissinger logrou negociações com os soviéticos a partir da estratégia da ‘diplomacia triangular’: engajou os EUA em uma aproximação com os chineses para exercer pressão a concessões por parte da URSS, levando ao período de *détente*. Frente ao contexto atual de intensificação na competição entre China e EUA e de uma aproximação sino-russa sem precedentes, o debate sobre o emprego dessa estratégia como dinâmica de relações entre grandes potências ressurgiu. Fazendo uma análise comparada qualitativa entre ambos os contextos, o artigo argumenta que o triângulo estratégico formado atualmente por China, EUA e Rússia diverge do contexto dos anos 1970: se os EUA conseguiram ser o pivô em uma relação de *triângulo amoroso*, segundo a classificação de Dittmer (1981), a configuração atual indica a estabilidade de um *casamento estável* entre China e Rússia, contrabalanceando a ameaça representada pelos EUA.

Palavras-chave: Estados Unidos; China; Rússia; balanceamento; diplomacia.

Abstract: As part of the US-USSR Cold War competition, Henry Kissinger negotiated with the Soviets on the basis of the; “triangular diplomacy”; strategy: he engaged the US in a rapprochement with the Chinese to exert pressure on concessions from the USSR, culminating in the period of *détente*. Given the current context of intensifying competition between China and the US and an unprecedented Sino-Russian cooperation, the debate over the use of this strategy as a dynamic of relations between major powers has resurfaced. Taking a qualitative comparative analysis between the two contexts, the article argues that the strategic triangle currently formed by China, the US, and Russia differs from the context of the 1970s: whether the US managed to be the pivot in a love triangle relationship, according to the classification of Dittmer (1981), the current configuration indicates the stability of a stable marriage between China and Russia, counterbalancing the threat posed by the US.

Keywords: United States; China; Russia; balancing; diplomacy.



1. Introdução

A estratégia da diplomacia triangular ficou conhecida ao ser utilizada no contexto da Guerra Fria pelo presidente estadunidense Richard Nixon e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger (1969-1974). Visando extrair concessões da União Soviética (URSS), trazendo-a a um contexto de equilíbrio de poder e relaxamento das tensões inerentes à disputa da época, os Estados Unidos (EUA) incorreu em uma reaproximação com a República Popular da China (RPC), até então também considerada como uma ameaça aos interesses estadunidenses (e vice-versa). Explorando a ruptura sino-soviética, os EUA exerceriam assim maior pressão para que os decisores da URSS aceitassem negociar, mantendo ambos os países cooperando com os EUA e afastados entre si.

Frente ao contexto atual de intensificação na competição entre China e EUA e de uma aproximação entre o primeiro e a Rússia, o debate sobre o emprego da diplomacia triangular como estratégia na dinâmica de relações entre grandes potências ressurgiu. Foram diversas as análises e artigos de opinião publicados, em sua maioria apostando na retomada da estratégia, mas variando quanto a quem seria o ator a recorrer a ela: ora os EUA, ora a China e, em menor medida, a Rússia (FRIEDBERG, 2011; MEHTA, 2017; SPUTNIK, 2017; THE ECONOMIST, 2018).

Visando contribuir para o debate atual, o objetivo do artigo é identificar semelhanças e diferenças no padrão de cooperação e rivalidade entre Rússia, China e EUA, se comparado ao contexto da diplomacia triangular empregada no governo Nixon. A hipótese inicial é de que o núcleo das relações entre os três Estados atualmente diverge do contexto passado, pois se baseia em uma relação de cooperação entre os dois Estados mais fracos em termos de poder relativo, opondo-se contra o mais forte.

Realizando uma análise comparativa qualitativa, foge do escopo desse trabalho recompor exhaustivamente a evolução histórica dos dois contextos. O foco é conferido a partir de uma análise das motivações para a formação de parcerias e rivalidades partindo de eventuais pontos de inflexão nas relações entre os três atores estatais em questão.

A próxima seção apresenta alguns aspectos teóricos que serão utilizados na análise comparativa. Na terceira seção, incorre-se na apresentação do caso base: a diplomacia triangular empregada por Nixon e Kissinger. Segue-se uma análise do segundo e último caso, reconstruindo a dinâmica atual das relações triangulares. Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho.

2. Aspectos teóricos: triângulo estratégico como estratégia de balanceamento

No âmbito das teorias de Relações Internacionais (RI), a teoria da balança de poder tornou-se amplamente aceita como fator explicativo para as dinâmicas de interação e cooperação interestatais. Parte-se de suas premissas para analisar o objetivo desse artigo, pois o conceito de triângulo

estratégico aplicado às RI está diretamente relacionado às teorias de balança de poder. Proveniente da corrente realista, essa teoria defende que um Estado possui duas alternativas principais na escolha de seus aliados: a prática do *bandwagoning*, que incorre em uma aliança com o país mais forte para tentar auferir benefícios e evitar um ataque; ou coalizão com demais Estados que visem contrabalançar o mais poderoso (MORGENTHAU, 2006).

Dentre as várias evoluções que o conceito de balança de poder implicou posteriormente, uma das mais célebres é a de Stephen Walt (1990). Partindo do conceito de aliança como um arranjo formal ou informal de cooperação securitária entre dois ou mais Estados soberanos e analisando as causas da criação de alianças no sistema internacional, Walt aceita a premissa de estratégias de balanceamento apresentadas acima. Entretanto, a decisão quanto a estratégia e aliados não é realizada partindo do poder como premissa central, mas sim de percepção de ameaças. Isso significa que Estados cooperam com outros visando balancear aqueles que identificam como uma ameaça a seus interesses nacionais, e não necessariamente Estados mais poderosos. A distribuição de poder importa apenas como um elemento a ser incluído no cálculo para a percepção de ameaças, juntamente com proximidade geográfica, capacidades ofensivas e percepção de intenções de estratégia ofensiva por parte do Estado visto como ameaçador. A percepção de ameaças, nesse sentido, importaria mais do que a convergência ideológica. O autor defende que Estados que estão com a sua segurança ameaçada delegam a ideologia a segundo plano, podendo criar alianças com outros que possuam estruturas políticas e vieses ideológicos diferentes.

Ainda na análise de formação de alianças no sistema internacional, Dittmer (1981) aplica o conceito de triângulo estratégico para explicar as relações de cooperação e/ou conflito entre Estados soberanos. O autor concebe o triângulo estratégico como um jogo transnacional entre três jogadores, que podem estar conscientes de que estão inseridos em um contexto de jogo triplo ou não. Tal jogo é realizado mediante trocas, que na maioria das vezes são recíprocas – mas não necessariamente simétricas. São duas as condições para a formação do triângulo estratégico: a. todos os participantes devem reconhecer a relevância estratégica dos demais jogadores e; b. todos devem ser vistos pelos demais como jogadores autônomos (ou seja, como Estados soberanos).

Segundo o autor, três variáveis afetam o tipo de relação entre os jogadores envolvidos: a. o valor positivo ou negativo das trocas é determinado pela relação bilateral entre os dois jogadores principais; b. a simetria da relação é influenciada pela dinâmica de poder entre ambos e; c. tanto valor quanto simetria são afetadas pela relação de cada jogador com uma terceira parte a ser envolvida no jogo. Entende-se que daí decorreria a importância e a utilidade do triângulo estratégico como instrumento de inserção internacional, visto que, sendo uma variável interveniente, as relações com um terceiro ator podem ser utilizadas para aumentar o poder de barganha *vis à vis* o ator principal.

Dittmer estabelece três padrões de relação no âmbito de um triângulo estratégico: a. o *ménage à trois*, concebido como a cooperação simétrica entre os três jogadores; b. triângulo romântico, no advento de uma relação de cooperação entre um jogador pivô e dois outros jogadores *wing*, mas de inimizade entre estes últimos e; c. casamento estável, sendo uma relação de cooperação entre dois dos jogadores e inimizade entre cada um com o terceiro.

O autor afirma que se o objetivo for maximizar o interesse de todos os jogadores envolvidos, o mais indicado é engajar-se em um triângulo do primeiro padrão, pois mantém a balança e provê incentivo de manter cooperação a custos mínimos para todas as partes. Do ponto de vista de um jogador individual, entretanto, esse padrão leva à insegurança, porque é incerto se uma relação de cooperação simétrica entre as outras duas partes é de fato de interesse (os jogadores podem se juntar eventualmente contra aquele, por exemplo). Do ponto de vista do jogador individual, portanto, é preferível tentar engajar os outros dois em um triângulo romântico, em que o pivô tem relação de cooperação com os outros dois jogadores, que por sua vez são inimigos entre si. Esse padrão por sua vez é benéfico apenas do ponto de vista do pivô, visto que cada um dos *wing players* também pode temer uma coalizão bilateral hostil entre o pivô e o outro *wing*. A conclusão é de que o padrão com menos benefícios, mas mais durável, é o terceiro e último. O jogador que mantém inimizade com os outros dois tem incentivos à cooperação para tentar escapar da situação de isolacionismo na dinâmica. Se a relação principal for assimétrica, o terceiro tem incentivos para persuadir o mais fraco a formar uma balança contra o mais forte, tornando a relação mais estável.

Na história diplomática das grandes potências, o caso de triângulo estratégico mais célebre é a diplomacia triangular empreendida por Nixon e Kissinger, engajando os EUA em uma aproximação sem precedentes com a China após anos de distensão entre ambos os Estados, com o objetivo final de melhorar as perspectivas de negociação com a URSS em pleno contexto de Guerra Fria. Tanto Nixon como Kissinger eram defensores do equilíbrio de poder como garantidor de estabilidade da ordem mundial, tendo o último afirmado que a manutenção da balança de poder era um esforço permanente, não uma ação com um fim determinado (BERRIDGE; KEENS-SOPER; OTTE, 2001). Nesse contexto, portanto, foi fundada por Kissinger a diplomacia triangular. Nesta seção, importa reconstituir a racionalidade da estratégia de Kissinger para instrumentalizá-la na análise comparativa pretendida.

Ao referir-se às perspectivas de relações com a China e URSS, Kissinger afirmou à época que as relações dos EUA com seus possíveis oponentes deveriam ocorrer de tal modo que as opções estadunidenses em relação a ambos fossem sempre maiores do que as opções de ambos em relação um ao outro (KISSINGER, 1979). Os EUA deveriam se manter como o ator pivô do triângulo, de forma que tanto URSS quanto China percebessem sua cooperação com os EUA como de maior importância do que uma eventual cooperação entre si.

Kissinger afirmava que devia haver cuidado, entretanto, para que os dois jogadores wing não se sentissem manipulados pelo pivô para que mantenham relação de inimizade um com o outro, visto que se houvesse essa percepção o pivô estaria sujeito a uma retaliação (KISSINGER, 1979). Premissa não seria, portanto, necessariamente de um triângulo romântico segundo a concepção de Dittmer: a relação de inimizade entre os dois wing não era condição; bastava que ambos os wing mantivessem maior proximidade com o pivô do que entre si.

Segundo Dittmer, Kissinger acreditava que em uma relação triangular era melhor se aliar com o jogador mais fraco, visto que esse estaria mais propenso a sentir-se ameaçado e, portanto, necessitando de assistência. A partir daí, as negociações deveriam se dar a partir de uma balança de concessões mútuas. Acertando tais concessões na relação principal, baseando-se em interesses nacionais, era entendido que o jogador isolado se sentiria pressionado a negociar e mais propenso a fazer concessões, levando a um enfraquecimento das tensões.

Convergindo os elementos até aqui apresentados, o estabelecimento de um triângulo estratégico é pensado como estratégia de balanceamento a Estados vistos como ameaças, pressionando os atores envolvidos a fazerem concessões. Para isso, os interesses nacionais de cada ator são tidos como premissa central na dinâmica de incentivos para cooperação, de forma que o Estado pivô deve manter-se mais atrativo para ambos os Estados wing do que estes entre si, e deve ter cautela para não criar impressão nestes últimos de que estão sendo impelidos a uma inimizade para satisfazer os interesses do Estado pivô.

Na próxima seção, será realizada uma análise da operacionalização do triângulo estratégico por Kissinger e Nixon nos anos 1970, visando contextualizar o caso tido como base para comparação de uma possível diplomacia triangular entre EUA, CHI e RUS atualmente. Na análise comparativa, ainda, serão empregados esforços para investigar a possível influência das premissas de Walt e Dittmer acerca da criação de alianças e engajamento em triângulo estratégico.

3. Reaproximação sino-americana e a diplomacia triangular de Nixon e Kissinger

De forma introdutória, importa reconstituir o contexto que culminou na reaproximação entre China e EUA. De acordo com Kissinger em *Diplomacy* (1994), no momento da chegada de Nixon ao poder os tomadores de decisão estadunidenses enxergavam a superioridade mundial norte-americana como ameaçada: a percepção era de que uma erosão da supremacia nuclear estadunidense estava em curso, bem como uma aproximação soviética em termos de paridade de poder, a partir do aumento de sua capacidade de mísseis de alto alcance e meios de projetar poder convencional para além de suas

fronteiras¹. A recuperação europeia e japonesa após as enormes perdas da II Guerra Mundial, embora tenham tido auxílio de recursos norte-americanos, também passavam a ser vistas como possíveis ameaças ao status quo da liderança estadunidense na economia mundial (GADDIS, 2005; KISSINGER, 1994). A balança de poder, na visão de Kissinger e Nixon, estava se transformando de forma desfavorável aos interesses de seu país.

No nível doméstico, a política externa estadunidense passava por uma forte crise de legitimidade após o fracasso do engajamento na guerra do Vietnã, levando a uma necessidade urgente de reformulação da qual o próprio êxito do novo governo dependeria. Nesse sentido, Kissinger (1994) afirma que a percepção era de necessidade de se chegar a um meio termo na política externa estadunidense entre “abdicação”, inviável devido ao confronto por zonas de influência com a URSS, e “superextensão”, que exigia enormes recursos materiais e humanos que o eleitorado não estava mais disposto a aceitar. No centro da reformulação da política externa, portanto, estava a necessidade de reconfigurar a própria relação com a potência rival, no cerne de todas as ações estadunidenses no nível internacional à época.

Naquele momento, a percepção estadunidense era de que os soviéticos guiavam seus objetivos de política externa baseados unicamente na competição por fatores materiais, rejeitando a configuração da ordem internacional existente no momento e sendo, portanto, assumidos pelos EUA como uma potência revisionista e em busca da hegemonia no sistema internacional. Isso ia contra a defesa de Nixon e Kissinger, ao menos no discurso, de balança de poder como forma de sustentar o equilíbrio da ordem global. Dessa forma, a suposição era de que os líderes e a diplomacia soviética eram incapazes de fazer concessões a menos que uma alteração de condicionantes os obrigasse a fazê-las (BERRIDGE; KEENS-SOPER; OTTE, 2001).

A janela de oportunidade surgiu a partir da ruptura sino-soviética e da consequente quebra do monolitismo do bloco comunista:

“As revelações de Krushev em 1956 acerca das brutalidades do regime de Stalin, e a invasão soviética da Tchecoslováquia em 1968, enfraqueceram o apelo ideológico do comunismo para o resto do mundo. Ainda mais importante, a ruptura entre a China e a União Soviética enfraqueceram a pretensão de Moscou de ser o líder de um movimento comunista unificado. Todos esses eventos sugeriam que havia espaço para uma nova flexibilidade diplomática” (KISSINGER, 1994, p. 704).

Para isso, a política externa estadunidense passaria por um ajuste também na retórica que lhe servia de apoio. A ideologia era eliminada como principal critério de identificação de ameaças, e o interesse nacional passava a ser expresso como núcleo da estratégia internacional dos EUA (GADDIS,

¹ Lafeber (1967) afirma que as reais capacidades soviéticas não estavam em nível de ameaçar a supremacia militar estadunidense de fato; entretanto, foram exageradas inclusive no próprio discurso soviético, visando aumentar seu poder de atração na disputa por zonas de influência. Isso teria contribuído para o aumento da percepção de ameaça por parte do Ocidente.

2005; KISSINGER, 1994). Isso auxiliava na legitimação da aproximação estadunidense à China comunista frente à opinião pública doméstica e aos aliados externos. No discurso, a identificação do comunismo como principal ameaça aos interesses estadunidenses era substituída pela hostilidade e capacidade expansionista da política externa soviética, e era visando contrabalancear esses objetivos que se defendia a necessidade de trazer a URSS às negociações:

“Nós enxergaremos nossos adversários comunistas acima de tudo como nações buscando seus próprios interesses da forma em que eles percebem esses interesses, da mesma forma com que nós buscamos nossos interesses conforme nós os vemos. Nós os julgaremos por suas ações como esperamos ser julgados pelas nossas. Acordos específicos, e a estrutura da paz que eles ajudarão a construir, virão de uma acomodação realista de interesses conflitantes” (UNITED STATES, 1970 apud KISSINGER, 1994, p. 712).

A estratégia proposta por Kissinger a ser utilizada nas relações diretas com a URSS baseava-se no conceito de políticas de linkage. Sob essa concepção, os EUA enfatizariam áreas em que a cooperação era mais plausível (levando em conta um cálculo dos interesses soviéticos²) como condicionantes para tentar alterar o comportamento soviético nas reais fontes de tensão, principalmente no Oriente Médio e no Vietnã (GADDIS, 2005). Dessa forma, a cooperação em uma área dependeria diretamente da evolução de um acordo nas demais.

A proposta estadunidense ia na contramão da estratégia soviética, que era de compartimentação, ou seja: as questões deveriam ser tratadas separadamente, de forma que a cooperação em uma área poderia acontecer mesmo havendo competição nas outras. Para aproximar-se da sua estratégia, os tomadores de decisão dos EUA perceberam a necessidade de demonstrar aos decisores soviéticos um desinteresse relativo em negociações, tentando passar a impressão de que a URSS precisava engajar-se em cooperação com mais urgência do que os EUA. Nesse sentido, a aproximação com a China seria utilizada como forma de exercer pressão indiretamente, visto que a possibilidade de uma aliança entre a China e os EUA representava enorme ameaça securitária para a URSS. A diplomacia triangular, portanto, seria utilizada como complemento à estratégia de linkage.

A aproximação com a China, entretanto, também não seria facilmente aceita pelos atores políticos domésticos e opinião pública estadunidense, que viam a China como expansionista e radicalmente ideológica. Os EUA mantinham uma política de isolamento da RPC desde a vitória dos comunistas em 1949 e a entrada da China na Guerra da Coreia em 1950, rivalizando diretamente com os EUA. Se algum contato diplomático ainda foi mantido superficialmente durante um tempo entre os

² De acordo com Gaddis (2005), o mapeamento de interesses soviéticos inicial encomendado por Nixon e Kissinger apontava as seguintes prioridades: um acordo armamentício que congelaria os sistemas de armamento ocidentais, mas não os soviéticos; relaxamento de barreiras de comércio que possibilitariam entrada de alimentos e tecnologia ocidentais na URSS; reconhecimento das fronteiras pós-II Guerra na Europa Oriental; e oportunidades para que a URSS pudesse buscar seus interesses no Terceiro Mundo sem correr o risco de uma nova guerra. Na contramão, as prioridades estadunidenses seriam as seguintes: acordo para retirada das tropas no Vietnã que não resultasse em humilhação; reconhecimento de direitos permanentes do Ocidente em Berlim; acordo armamentício que limitasse o aumento das capacidades militares soviéticas e meios de gerenciar as crises no Terceiro Mundo de modo que não concedessem mais vitórias à URSS.

embaixadores de ambos os países em Varsóvia, após a Revolução Cultural chinesa oficialmente deixaram de existir quaisquer meios de contato político e diplomático entre EUA e China (KISSINGER, 1994). Por esse motivo, a movimentação em prol da aproximação com a China foi realizada por meio de backchannels: o ministro e secretários das relações exteriores conduziam assuntos mais corriqueiros enquanto, secretamente, todas as questões substanciais e estratégicas estavam na verdade sendo conduzidas diretamente por Kissinger (GADDIS, 2005).

Na perspectiva da China, uma aproximação aos EUA também não seria facilmente aceita. Desde a criação da RPC, assumia-se oficialmente a percepção de que os EUA eram os principais inimigos da China. O tema da luta contra o imperialismo anti-estadunidense foi utilizado como propaganda para legitimar a própria revolução maoísta e mobilizar a população, principalmente durante a revolução cultural, representando os EUA como responsáveis por causar humilhação nacional à China e tentar mantê-la dividida ao apoiar os nacionalistas em Taiwan depois de 1949 (CHEN, 2001).

A convergência na percepção de ameaças, entretanto, gerou as bases para uma aproximação com os EUA, indo de encontro à teoria de Walt. Embora os EUA tenham dado o primeiro passo para a aproximação ao reativarem o canal diplomático de Varsóvia, a ótica chinesa acerca da pertinência da recuperação das relações ocorreu simultaneamente. No final dos anos 1960, a situação securitária da China era a pior possível. Enfrentando tensões no Vietnã, no estreito de Taiwan, com o Japão e a Coreia do Sul e com a Índia, a deterioração das relações com a URSS desde a morte de Stálin eram ainda mais preocupantes (CHEN, 2001). As divergências ideológicas quanto ao modelo comunista de desenvolvimento econômico e a condução das relações internacionais passaram a representar um motor para uma percepção de que a URSS era também uma ameaça securitária, o que se fortaleceu a partir do escalonamento da disputa por seções ao longo da fronteira entre os dois países, em 1969, seguido pela consulta feita por um representante soviético a um embaixador norte-americano sobre qual seria a posição dos EUA caso a URSS lançasse um ataque preemptivo contra a China (KISSINGER, 1979).

A crescente percepção de que os soviéticos estavam se preparando para uma guerra com a China levou Mao Tsé-Tung a solicitar consultoria em relações internacionais a quatro veteranos de guerra que haviam sido dispensados no advento da Revolução Cultural. Após acompanhamento da evolução das tensões, os marechais utilizaram um de seus relatórios para recomendar a utilização da “carta dos Estados Unidos” como forma de preparação a um confronto direto e de maior escala com a URSS, indicando a convergência com a percepção estadunidense acerca da ameaça soviética e de suas intenções ofensivas. No contexto de ruptura entre os comunistas, Pequim passou a argumentar acerca de uma restauração do capitalismo na URSS, a partir da emergência de uma nova classe burocrática-

capitalista dominante (CHEN, 2001). Os EUA continuavam sendo uma ameaça imperialista, mas não eram mais vistos como a prioritária.

Frente à necessidade de contornar a resistência dos atores domésticos em relação a aproximação e o longo período de ausência de relações bilaterais, ambos os Estados desenvolveram uma diplomacia de sinais como fator de construção de um contexto mais propício para a reaproximação, a exemplo do levantamento de proibição de viagens de nacionais dos EUA para a China e da compra de bens chineses (até 100 USD), em 1969, acompanhado de declarações frequentes dos decisores estadunidenses³. Em relação a um confronto direto entre URSS e China, os EUA buscaram ao máximo sinalizar posição de neutralidade. O objetivo desse posicionamento era manter em aberto a ambos um convite para aproximação aos EUA, mantendo a lógica triangular (KISSINGER, 1994). Já da parte da China, o sinal que catalisou de fato a aproximação entre ambos os países ficou conhecido como diplomacia Ping-Pong: uma visita do time estadunidense de tênis de mesa à China após uma competição internacional, à convite de Mao, recebeu ampla cobertura dos jornais a nível mundial, sendo benéfico para a imagem dos EUA frente à população chinesa e vice e versa (CHEN, 2001).

O ápice da aproximação ocorreu com a visita de Nixon à China, em 1972. A visita culminou com a publicação do Comunicado de Shanghai, que lançou as diretrizes das relações entre ambos os Estados para os próximos anos. Resumidamente, ambos acordavam sobre a normalização das relações bilaterais, sobre a necessidade de redução da ameaça de guerra, sobre a oposição a qualquer tentativa de hegemonia na Ásia-Pacífico e se comprometiam a não se engajar em cooperação contra outros Estados (notando-se aqui uma tentativa de evitar percepções soviéticas acerca da formação de uma aliança militar). Um ano após, novo comunicado foi lançado tornando os objetivos da parceria enquanto estratégia de balança de poder mais explícitos, ao afirmarem que os países acordavam em resistir conjuntamente a qualquer tentativa de dominação mundial (KISSINGER, 1994).

A partir da visita de Nixon, Pequim se eximiria de buscar impedir a projeção de poder estadunidense, pois sua estratégia explícita passava a ser a utilização dos EUA como um contrapeso à potência soviética. A China, por sua vez, angariava o apoio estadunidense contra a expansão da URSS na Ásia. Havia, portanto, interesses e uma visão estratégica convergente entre os líderes chineses e estadunidenses sobre a melhor forma de lidar com a ameaça representada pela URSS.

A percepção acerca dos fins, entretanto, divergia. O cálculo de Mao era de que a aproximação de seu país aos EUA aumentaria as tensões entre as duas potências rivais, levando a um isolamento dos soviéticos. O resultado, entretanto, foi o contrário. Percebendo a tentativa, de acordo com Anderson

³ Para citar um exemplo, em agosto de 1969 o Secretário de Estado, William Rogers, declarou que “os EUA acolheriam um papel significativo da China Comunista nos assuntos da região da Ásia-Pacífico” (KISSINGER, 1994, p. 273).

(2015), a URSS passaria a competir com a China por relações privilegiadas com os EUA, formando o que na classificação metafórica de Dittmer constitui um triângulo amoroso: um Estado pivô com relações amistosas com dois Estados wing rivais entre si. Logo após o anúncio de que o presidente estadunidense visitaria Pequim, os soviéticos convidaram Nixon à Moscou, após mais de um ano impondo condições para realizar um encontro de alto nível com os EUA. O encontro culminou com a assinatura do Limite para Armas Estratégicas (SALT I) e a Declaração de Princípios Básicos, em 1972. Mediante a declaração, ambas as potências acordavam evitar confrontos militares, exercer a contenção em suas relações e a inconsistência da busca unilateral por hegemonia mediante esses objetivos (GADDIS, 2005). A triangularização levou ao avanço em diversas questões internacionais que evoluíam até então sob tensões:

“(...) o fim da Guerra do Vietnã, um acordo de garantia de acesso à Berlin dividida, uma redução dramática na influência soviética no Oriente Médio, e o início do processo de paz Árabe-israelense; e a Conferência de Segurança Europeia. Cada um desses eventos contribuiu aos demais. A política de Linkage estava operando com triunfo” (KISSINGER, 1994, p. 733).

Embora baseadas em concessões mútuas e com benefícios para ambos os lados na diminuição das tensões, os soviéticos mantinham o temor de um alinhamento sino-americano contra a URSS, conforme previsto pela teoria de Dittmer no advento da dinâmica de triângulo amoroso. As negociações eram acompanhadas de ações práticas soviéticas visando sua proteção contra uma possível ofensiva sino-americana. Dittmer indica a continuidade da fortificação na fronteira com a China, a assinatura de tratados de cooperação com rivais chineses, a exemplo da Índia (1971) e do Vietnã (1978) e a ofensiva soviética, com apoio cubano, em países do Terceiro Mundo (culminando na invasão do Afeganistão em 79) como exemplos de que a URSS se mantinha em estado de alerta securitário mesmo com a détente propiciada pela relação triangular. De acordo com Gaddis (2005) e Anderson (2015), a URSS nunca viu a détente como uma alteração para relação de cooperação com os EUA; a perspectiva soviética era de que a détente sinalizava que os EUA aceitavam a posição de paridade da URSS enquanto superpotência e que a competição interestatal seria mantida, mas com medidas mútuas que evitavam um confronto militar direto. Além disso, Gaddis (2005) afirma que a URSS também tinha interesses econômicos na aproximação, visando aumentar sua eficiência a partir de importação de alimentos e tecnologia ocidentais. O valor do comércio entre ambas as potências se multiplicou em mais de oito vezes no triênio 1972-1975, posicionando os EUA na segunda posição dentre os parceiros comerciais soviéticos⁴.

A estratégia da diplomacia triangular perdeu força a partir da instabilidade que assolou os governos envolvidos no eixo principal das relações. Nos EUA, os escândalos de Watergate incorreram

⁴ Após esse período, entretanto, as relações passaram a sofrer uma série de restrições devido a oposição doméstica em ambos os países (LÉVESQUE, 1987).

na queda de Nixon e ascensão de Ford, levando a uma paralisia da política externa conforme conduzida pelo antecessor (baseada em uma supremacia da Casa Branca) devido a medidas que garantiam um maior controle do Congresso (GADDIS, 2005). A China também incorreu em um período de crise política doméstica: com a crescente fragilidade física de Mao, a liderança chinesa entrava em paralisia devido ao embate de diferentes facções acerca do destino da China pós-maoísmo (KISSINGER, 2011) ⁵.

No breve período de seu funcionamento, entretanto, a estratégia gerou resultados no curto prazo, apesar de críticas levantadas por opositores da estratégia⁶. Os EUA lograram implementar a estratégia conforme seus cálculos, mantendo-se como pivô num triângulo amoroso que possibilitou a extração de concessões de dois países vistos até então como inimigos, e que permaneceram como inimigos entre si. Além disso, conquistaram uma moderação no suporte chinês em Hanói, possibilitando uma retirada de suas tropas do Vietnã de maneira menos traumática e sem gerar a humilhante impressão de derrota. Lograram ainda o desengajamento do discurso chinês de revolução comunista mundial, que foi alterado a uma adesão à coexistência pacífica. A China saiu de uma situação de rivalidade com ambas as potências para uma aproximação com os EUA, o que foi útil como um escudo de proteção securitária, visto que contribuiu ao desescalamento da ameaça de guerra na fronteira com a URSS. Além disso, garantiu a entrada de capitais e tecnologia ocidentais, que posteriormente foram fundamentais no processo de modernização. A principal concessão vantajosa à China, entretanto, foi o reconhecimento estadunidense em relação a um governo chinês unificado, incluindo o território de Taiwan. A URSS logrou uma distensão nas tensões ao aproximar-se dos EUA, o que evitou maior dispêndio de recursos econômicos, militares e humanos por parte de ambas as potências em uma situação em que tal dispêndio não seria visto favoravelmente no âmbito doméstico de ambos os países. Além disso, garantiu um congelamento nas capacidades militares estadunidenses a partir dos acordos SALT (CHEN, 2001; DITTMER, 1981; GADDIS, 2005; KISSINGER, 1994).

⁵ Fora da estratégia de diplomacia triangular, a normalização das relações sino-americanas seria mantida, embora ambos os regimes diminuíssem seu potencial de realizar concessões mútuas. O prosseguimento culminou na formalização das relações diplomáticas, em 1979, e a visita de Deng Xiaoping aos EUA no mesmo ano, garantindo a integração chinesa na economia mundial (ANDERSON, 2015).

⁶ As principais críticas da estratégia estadunidense residem: i) na desatenção conferida a outras tensões que emergiam nos países do Terceiro Mundo – sob essa perspectiva, os EUA teriam focado demais na política das grandes potências e ignorado a necessidades de ajustes estratégicos para lidar com cada caso e; ii) em uma alteração da balança de capacidades militares em favor da URSS, que seguiu aumentando suas capacidades relativas no período da detente. Para análise mais detalhada acerca das críticas, ver GADDIS (2005).

4. Relações contemporâneas: inversão da dinâmica de cooperação e rivalidade

Na década de 1980, a normalização nas relações sino-americanas manteve-se estável, embora não com a mesma intensidade relatada na seção anterior. Após o colapso da URSS, entretanto, os primeiros sinais de retomada de competição entre ambos os Estados retornaram, acelerando-se nos anos 2000. O impressionante desenvolvimento econômico e a decorrente intensificação no ativismo internacional e expansão de influência chinesa, em conjunto a uma percepção de perda de influência estadunidense, levam a um intenso debate acerca de como se dará a ascensão da China a uma posição de superpotência e as possíveis reações estadunidenses em um contexto de crescente disputa por poder.

De acordo com Friedberg (2011), a estratégia utilizada pelos EUA em suas relações com a China nos governos de George H. W. Bush e Barack Obama ficou conhecida como “conjugamento”: enquanto engajavam a China através das relações comerciais e diplomáticas, aumentavam as capacidades e redes de cooperação estadunidenses no Leste asiático, ativando uma estratégia de contenção ao poderio chinês em sua própria região. O governo Obama tornou o padrão ambíguo das relações com a China mais explícito, ao lançar em 2009 a cúpula bilateral Diálogo Econômico e Estratégico EUA-CHINA, fomentando a cooperação em diversos temas, simultaneamente à estratégia do “Pivô para a Ásia”, visando aumentar a presença econômica, política e principalmente militar dos EUA no Leste Asiático.

À medida que a China aumentou o seu peso relativo no sistema internacional, as diferenças entre ambos os países ganharam maior relevância no padrão ambíguo das relações bilaterais. Kissinger (2011) identifica dois principais elementos de discordância fundamental: a política monetária chinesa e seus impactos nos EUA e a proliferação de armas nucleares na Coreia do Norte. O valor do renminbi (RMB) passou a constituir pauta fortemente presente no debate público estadunidense. Os EUA tratam a política monetária da China como manipulação em benefício próprio, acusando que a desvalorização do RMB contribui diretamente para a diminuição do emprego nos EUA. Para a China, entretanto, a atual configuração de sua política monetária, favorecendo empresas domésticas, é fundamental para a coesão social, visto que sem o controle estatal espera-se que as empresas chinesas incorram em falência, levando a grandes tumultos sociais (KISSINGER, 2011). Além disso, os baixos índices de consumo doméstico tornam a China extremamente dependente do mercado consumidor estadunidense (GINDIN; PANITCH, 2013).

Em relação à proliferação nuclear na Coreia do Norte, ambos divergem quanto a estratégia para lidar com o problema. A China não deseja a declaração da Coreia do Norte como potência nuclear, visto que isso levaria a um efeito dominó para que outros países asiáticos, sentindo-se ameaçados, também constituam armas nucleares, o que vai contra os interesses chineses na região (KISSINGER, 2011). Portanto, apoia uma limitação no potencial nuclear norte-coreano como forma de evitar uma

ofensiva militar e a decorrente queda do regime atual no país vizinho. Mas, apoiada pela Rússia, diverge da pressão estadunidense através de sanções por uma abdicação total das armas nucleares de Pyongyang (KUO, 2018).

A crise financeira de 2008 também contribuiu para ensejar mudanças no contexto internacional que contribuíram para alterações na estratégia chinesa, na balança de poder relativa entre ambos os países e na exacerbação de divergências. A crise, originada nos EUA e levando de roldão as principais economias mundiais, solapou a crença chinesa na eficiência ocidental para gerir a economia e o sistema financeiro mundial, gerando uma nova onda de opinião pública chinesa, articulada entre estudantes, internautas e possivelmente setores políticos e militares na China, de que uma mudança na ordem internacional estava em curso, e que, portanto, o momento era de oportunidade de revisão das estratégias gradualistas adotadas pela China no nível internacional até então (KISSINGER, 2011).

A vulnerabilidade escancarada do Ocidente e a manutenção do crescimento econômico chinês também marcaram o aumento do poder de atração desse último frente a outros países. Se indicou o quanto os EUA segue essencial para a sobrevivência do sistema financeiro mundial (GINDIN; PANITCH, 2013), também criou a necessidade de diversificação de parceiros para diminuir a dependência em relação aos EUA, o que fez com que vários Estados buscassem uma crescente aproximação com a China – especialmente a Rússia (KISSINGER, 2011).

A aproximação com a Rússia foi facilitada pela convergência nos interesses de ambos os países no sistema internacional. Ambos defendem a manutenção dos instrumentos de direito internacional do pós-II Guerra Mundial, particularmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde possuem poder de veto fundamental para garantir seu controle nas decisões mundiais. Além disso, ambos defendem, ao menos no discurso, uma ordem internacional multipolar. Os dois países possuem perspectivas comuns na maioria dos conflitos regionais: Iraque, Líbia, Síria e a proliferação nuclear iraniana e norte-coreana. Embora existam setores domésticos russos e chineses que se opõem a aproximação dos ex-rivais, estão longe de representar a maioria da opinião pública (LUKIN, 2018a), o que torna a aproximação mais fácil se comparado ao contexto das relações sino-americanas no século passado.

As relações comerciais também contribuíram para a aproximação. Enquanto os altos níveis de crescimento econômico posicionam a China como grande consumidora de commodities e maior consumidora mundial de energia, a economia russa é altamente dependente da demanda por esses recursos. O aumento das tensões com a União Europeia (UE) decorrente da anexação da Crimeia, em 2014, dificultou o acesso russo a capital e tecnologia, recursos que a China está disposta a investir (ZHENG, 2018a). A crescente instabilidade nas relações com os EUA, por sua vez, tornam a oferta russa ainda mais atrativa para a China.

A chegada de Donald Trump à Casa Branca constituiu um marco situacional na dinâmica das relações da potência com a Rússia e a China e, dessa forma, nas relações entre os dois últimos países. Desde a sua eleição, Trump deu sinais de que as relações com a China passariam por uma deterioração, abandonando a estratégia de “conjugamento” vigente até então (LUKIN, 2018). Uma de suas primeiras ações foi uma conversa por telefone com Tsai Ing-wen, presidente de Taiwan, representando o primeiro contato de um presidente estadunidense com Taiwan desde 1979. Revertendo a lógica utilizada no processo de aproximação sino-americana conduzido por Nixon e Kissinger, em que os EUA realizaram concessões em sua política para Taiwan visando angariar o apoio chinês em áreas mais diretamente relacionadas aos seus interesses nacionais, Trump deixou claro que a manutenção do posicionamento estadunidense em relação a Taiwan estaria vinculada a concessões por parte da China em outras áreas: “eu entendo completamente a política de “Uma China”, mas eu não entendo por que nós temos de estar presos a uma política de “Uma China” a menos que nós façamos um acordo em que a China tenha de fazer outras coisas [concessões], inclusive no comércio” (BOHAN; BRUNNSTROM, 2016). Intencionalmente ou não, trata-se da lógica de Linkage, agora aplicada contra a China.

Desde então, seguiram-se uma série de outras ações ofensivas estadunidenses, culminando no que ficou conhecido como “guerra comercial”. A guerra comercial foi iniciada pelas acusações de Trump acerca de práticas comerciais injustas por parte da China -- a partir de suposto roubo de propriedade intelectual dos EUA, principalmente no que concerne à tecnologia, e barreiras desleais para manter o superávit comercial chinês. O ano de 2018 seguiu marcado por uma troca de aumentos tarifários e barreiras comerciais impostas nas relações entre ambos os países. Enquanto os EUA aplicaram até o momento um total de USD 250 bilhões em tarifas destinadas exclusivamente à China, sofreram a retaliação de USD 110 bilhões de tarifas chinesas (KOTY; WONG, 2018).

A postura ofensiva de Trump em relação à China explica-se principalmente por dois fatores: i) a necessidade de responder às demandas de seu eleitorado, constituído em boa parcela por desempregados que culpam a China pelo fechamento de fábricas estadunidenses ou migração para o país asiático; ii) a percepção de que a China representa uma ameaça à posição estadunidense no sistema internacional. Tal percepção ficou clara na Estratégia de Segurança Nacional de 2017, por exemplo, em que a China é classificada como uma potência revisionista e que visa construir uma ordem internacional contrária aos valores estadunidenses (UNITED STATES OF AMERICA, 2017). O elemento central para o engajamento em uma aliança de balanceamento (na teoria de Walt), portanto, está presente.

Nesse sentido, logo ao assumir o poder, Trump incorreu em uma tentativa de aproximação com a Rússia – o que teria sido aconselhado pelo próprio Henry Kissinger, que teria mantido repetidos encontros no período de transição visando auxiliá-lo a empregar uma estratégia para a China reversa à

empregada por Nixon (SPUTNIK, 2017; ZHENG, 2018b). Na prática, o maior sinal da tentativa de aproximação deu-se a partir das declarações do presidente estadunidense de que a região da Crimeia pertence à Rússia, posicionando-se diretamente contra a disputa incorrida pela UE, tradicional aliada dos EUA, desde 2014. Após, Trump levantou as sanções contra a Rússia, levando a acusações pelo Congresso e imprensa estadunidense de que Trump possui conexões suspeitas com os russos. Por unanimidade, democratas e republicanos se uniram para aprovar um ato de limitação da autoridade de Trump após o levantamento das sanções (ZHENG, 2018b). Não houve apoio doméstico, portanto, para o estabelecimento de uma aliança (mesmo que informal) com a Rússia, barrando o retorno da diplomacia triangular como estratégia estadunidense. Nixon e Kissinger contornaram o mesmo problema através da condução secreta da aproximação com a China e com a URSS. A alteração de tom com a Rússia após o freio imposto pelo Congresso indica que esse instrumento não está operando atualmente. O acesso a documentos hoje secretos sobre a política exterior do governo Trump poderá comprovar ou botar em xeque essa afirmação futuramente.

O retorno da postura ofensiva contra a Rússia também é explicado pela própria vulnerabilidade de Trump no âmbito doméstico. Com a sobrevivência política constantemente ameaçada, a Casa Branca não tem margem para ir contra o Congresso de fato, para além das suas declarações. O presidente estadunidense parece ter entendido o sinal dado pelo Congresso no que concerne às relações com a Rússia, aplicando maiores sanções ao país e alterando seu discurso para uma perspectiva de que China e Rússia representam ameaças de igual magnitude aos EUA:

“(…) após ser classificada como um fenômeno de séculos passados, a competição entre grandes potências retornou. China e Rússia passaram a impor sua influência regionalmente e globalmente. Hoje, eles estão construindo capacidades militares designadas para proibir o acesso americano em períodos de crise e para contestar nossa habilidade de operar livremente em zonas comerciais críticas em períodos de paz. Em resumo, eles estão contestando nossas vantagens geopolíticas e tentando mudar a ordem internacional a seu favor” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 27).

De acordo com Zheng (2018b), a Rússia deve fazer concessões substantivas para que as relações com os EUA tenham alguma perspectiva de melhora no curto prazo, enfraquecendo a oposição do Congresso a uma aproximação. Entretanto, as probabilidades de isso acontecer no curto e médio prazo são baixas, visto que a aproximação com os chineses foi catalisada pela ofensiva de Washington a ambos os países.

China e Rússia convergem na visão de que as potências ocidentais, especialmente os EUA, representam uma ameaça aos seus interesses. De acordo com Lukin (2018a), a crise na Ucrânia marcou um ponto de inflexão na política externa russa. Desde a queda da URSS, os russos posicionavam-se como aliados do Ocidente, compartilhando objetivos externos e domésticos e na expectativa de concessões mútuas. A expansão da OTAN para cada vez mais perto do território russo e o apoio a

radicais pró-ocidentais nas antigas repúblicas soviéticas, culminando na crise da Criméia, rompeu com essa perspectiva, aproximando a Rússia dos países asiáticos na busca de um pivô para o Ocidente. A partir da estratégia de pivô empregada por Obama, por sua vez, a China passou a posicionar-se em alerta às possíveis ações de contenção estadunidenses em relação aos seus interesses de angariar maior influência no sistema internacional (LUKIN, 2018a).

Com a percepção dos EUA enquanto ameaça intensificada a partir das ofensivas de Trump, portanto, é natural que a parceria entre Rússia e China, se já vinham acontecendo, tenham se fortalecido e adquirido caráter mais estratégico e securitário. O maior indicador da aproximação sem precedentes de Rússia e China é a condução de exercícios militares conjuntos no leste siberiano – os maiores realizados desde a Guerra Fria – (THE ECONOMIST, 2018) e a venda de tecnologia militar de última geração para a China. De acordo com o professor Zheng (2018a), isso marca uma inflexão visto que até então havia uma resistência por parte dos russos a vender artefatos militares modernizados aos chineses. A partir da intensificação da parceria militar, comercial e da convergência de posicionamento nas organizações multilaterais internacionais, na maioria das vezes de forma contrária aos interesses estadunidenses, China e Rússia indicam engajamento em uma cooperação para contrabalancear a ameaça representada pela ofensiva dos EUA. A dinâmica das relações atuais entre os três países, portanto, não evolui no sentido de uma diplomacia triangular. Ao constituir uma aliança informal dupla visando balancear a percepção de uma ameaça comum e diminuir a dependência de um país que foi origem de uma grave crise internacional e que vem se mostrando hostil a ambos, a classificação do triângulo estratégico atual aproxima-se do casamento estável entre China e Rússia.

Apesar do aumento nas tensões, dificilmente a cooperação sino-russa evolua para um confronto direto com os EUA no curto prazo. A maior razão para isso é a interdependência econômica entre China e EUA. A China é a maior detentora de reservas denominadas em dólar e de títulos do tesouro americano, o que torna um colapso nos EUA contrário aos interesses chineses, e vice-versa. A cooperação, principalmente na área militar, entretanto, deve continuar a ser utilizada como estratégia para tentar arrefecer a ofensiva estadunidense e possivelmente extrair concessões, indo de acordo à premissa de Dittmer sobre a utilidade do casamento estável e garantindo a ascensão de ambos como pólos de poder no sistema internacional.

5. Conclusão

Partindo do debate acerca da retomada da dinâmica de diplomacia triangular nas relações entre EUA, Rússia e China, conclui-se que a dinâmica do triângulo estratégico em vigor atualmente difere do contexto que levou a um período de détente na Guerra Fria. Na década de 1970, a reaproximação sino-americana, possibilitada pela convergência na percepção de ameaça em relação à URSS, e as

negociações entre EUA e este último levaram a uma situação de triângulo amoroso, em que o Estado pivô (EUA) incorreram em cooperação com os Estados wing (URSS e China), que por sua vez mantiveram as animosidades entre si. Engajando-se ao Estado mais fraco para exercer pressões no mais forte, os EUA lograram os objetivos da estratégia, levando a uma diminuição nas tensões em uma série de questões de disputa entre os três atores envolvidos, principalmente a partir da oportunidade de retirar suas tropas do Vietnã sem passar a impressão de que isso implicava em uma humilhação aos estadunidenses.

Analisando o contexto atual, com o advento da posse de Donald Trump, oficializou-se a percepção de que a China constitui uma ameaça ao poder global estadunidense. A estratégia adotada foi o lançamento de uma série de medidas ofensivas contra a China, principalmente no que concerne às relações comerciais, e inicialmente, uma tentativa de aproximação com a Rússia (em termos de poder relativo, atualmente, o Estado mais fraco na dinâmica), visando readaptar a estratégia de diplomacia triangular, com uma inversão no papel dos Estados wing. A tentativa, entretanto, foi rapidamente barrada pelo Congresso norte-americano. A rápida reversão de Trump em sua estratégia para lidar com a Rússia indica que um elemento essencial para a evolução da diplomacia na época de Nixon não está presente atualmente: canais secretos que possibilitem um desvio dos atores políticos e opinião pública contrários à estratégia. O futuro acesso aos documentos atuais de política externa estadunidense possibilitarão a comprovação ou refutação dessa afirmação.

A partir da falha na reimplantação da estratégia dos anos 1970, incorreu-se na inclusão da Rússia nos documentos oficiais como grande ameaça aos interesses estadunidenses de maneira conjunta à China, a exemplo da NSS 2017. Estendeu-se a partir de então a estratégia ofensiva de Trump a ambos os países, o que acelerou o processo de aproximação entre Rússia e China. Novamente a partir de uma ameaça comum, nesse sentido aproximando-se do mesmo catalizador para a aproximação sino-americana do primeiro caso, ambos os países incorrem em uma cooperação sem precedentes, principalmente no âmbito militar e comercial, indicando uma tentativa de balancear a ameaça estadunidense (e corroborando, assim, com a teoria de Walt).

A dinâmica atual nas relações Rússia-China-EUA, assim, segue como um triângulo estratégico, mas com características diferentes se comparado ao contexto do século passado – confirmando a hipótese inicial desse trabalho. A estrutura atual aproxima-se do conceito de casamento estável de Dittmer, em que dois Estados cooperam entre si (Rússia e China) e ambos possuem rivalidade com um terceiro (EUA).

Para superar o isolamento nas relações trilaterais e reverter o balanceamento novamente a seu favor, seguindo a lógica de Dittmer, os EUA devem tentar aliar-se com o ator mais fraco – nesse caso, a Rússia, tendo em vista que seu poderio militar não está acompanhado do poder econômico chinês.

Para isso, teria que se dispor a fazer concessões maiores do que as que estão sendo concedidas pela China. Tendo em vista a unanimidade do freio imposto pelo Congresso à aproximação russo-americana, é difícil que essa dinâmica se altere no curto prazo. Igualmente difícil, por sua vez, é a possibilidade de a dinâmica atual evoluir a uma situação de conflito mais direta, tendo em vista a enorme interdependência econômica entre China e EUA.

A lacuna desse trabalho fica por conta da dificuldade de acesso a fontes que tratam diretamente da perspectiva russa em ambos os contextos. Uma investigação que consiga superar esse obstáculo pode trazer maiores esclarecimentos acerca das complexidades envolvidas na dinâmica trilateral e potenciais concessões que seriam prioritárias para superar o isolamento estadunidense ou manter o engajamento sino-russo.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BERRIDGE, G. R.; KEENS-SOPER, Maurice; OTTE, T. G. *Diplomatic Theory from Machiavelli to Kissinger*. Hampshire; New York: Palgrave, 2001.
- BOHAN, Caren; BRUNNSTROM, David. Trump says U.S. not necessarily bound by 'one China' policy. 2016. *Reuters*. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-trump-china/trump-says-u-s-not-necessarily-bound-by-one-china-policy-idUSKBN1400TY>>. Acesso em: 29 dez. 2018.
- CHEN, Jian. *Mao's China and the Cold War*. Chapel Hill: The University Of North Carolina Press, 2001.
- DITTMER, Lowell. The Strategic Triangle: an elementary game-theoretical analysis. *World Politics*. V. 33, n. 4, jul.1981, p. 485-515. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2010133?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ECONOMIST, The. Russia and China hold the biggest military exercises for decades. *The Economist*. 2018. Disponível em: <<https://www.economist.com/europe/2018/09/06/russia-and-china-hold-the-biggest-military-exercises-for-decades>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- FRIEDBERG, Aaron L. *A Contest for Supremacy: China, America and the struggle for mastery in Asia*. New York; London: W. W. Norton, 2011.
- GADDIS, John Lewis. *Strategies of Containment: a critical appraisal of american national security policy during the Cold War*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2005.
- KISSINGER, Henry. *White House Years*. Boston: Little, Brown, 1979.
- _____. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.
- _____. *On China*. New York: Penguin Press, 2011. 586 p.
- KOTY, Alexander Chipman; WONG, Dorcas. The U.S.- China Trade War: A timeline. 2018. China Briefing. Disponível em: <<http://www.china-briefing.com/news/the-us-china-trade-war-a-timeline/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- KUO, Mercy A. China, Russia and US Sanctions on North Korea. *The Diplomat*. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/11/china-russia-and-us-sanctions-on-north-korea/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- LAFEBER, Walter. *America, Russia and the Cold War: 1945-1966*. ?: Wiley, 1967.
- LEVESQUE, Jacques. *L'URSS et sa politique internationale de Lenine a Gorbatchev*. Paris: A. Colin, 1987.
- LUKIN, Alexander. *China and Russia: the new rapprochement*. Cambridge; Medford: Polity Press, 2018a.

- _____. China and Russia: new bffs thanks to an insecure US. 2018b. *South China Morning Post*. Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/geopolitics/article/2165255/china-and-russia-new-bffs-thanks-insecure-us>>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- MEHTA, Harish. Trump on path of 'triangular diplomacy' with Russia and China. 2017. *Business Times*. Disponível em: <<https://www.businesstimes.com.sg/opinion/trump-on-path-of-triangular-diplomacy-with-russia-and-china>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. Boston: Mcgraw-hill Higher Education, 2006.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. The integration of China into global capitalism. *International Critical Thought*, v. 2, n. 3, jun. 2013 p.146-158. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21598282.2013.787248>>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- SPUTNIK. 'Triangular Diplomacy: what's really behind Kissinger's turn toward Russia. *Sputnik*. 2017. Disponível em: <<https://sputniknews.com/politics/201701221049877160-kissinger-trump-russia/>>. Acesso em: 22 dez. 2017.
- WALT, Stephen. *The origins of alliances*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1990.
- ZHENG, Yu. China-Russia-US relations in the 21st century. 2018a. *China Focus*. Disponível em: <<https://www.chinausfocus.com/foreign-policy/china-us-russia-relations-in-the-21st-century>>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- _____. Classic and New Cold War. 2018b. *China Focus*. Disponível em: <<https://www.chinausfocus.com/foreign-policy/classic-and-new-cold-war>>. Acesso em: 23 dez. 2018.